

ING Bank N.V.
(Filial de São Paulo)

CNPJ: 49.336.860/0001-90

**Demonstrações financeiras
consolidadas do Conglomerado
Prudencial em 31 de dezembro de
2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas - Conglomerado prudencial	4
Balanço patrimonial	8
Demonstrações de resultado	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do ING Bank N.V. (Conglomerado Prudencial) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: No exercício de 2018 o Conglomerado Prudencial apresentou lucro líquido de R\$ 33,4 milhões, sendo que no exercício anterior apresentou lucro líquido de R\$ 32,9 milhões. As demonstrações financeiras individuais encontram-se disponíveis no site do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) na internet, no endereço <http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>.

Em 31 de dezembro de 2018 o Conglomerado Prudencial possui títulos privados classificados como “mantidos até o vencimento”. Para estes títulos, a administração possui intenção e capacidade financeira para mantê-lo nesta classificação em atendimento a Circular 3.068 do BACEN.

Índice de Basileia: O Conglomerado adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 18%.

Gerenciamento de Risco: O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central, os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede do Conglomerado, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na internet, no endereço citado acima.

Agradecimentos: o ING Bank N.V. (Conglomerado Prudencial) agradece aos seus clientes, colaboradores e fornecedores pela parceria, confiança, dedicação e profissionalismo.

São Paulo, 15 de março de 2019.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores do

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa n.º 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e às entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 28 de fevereiro de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a

elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

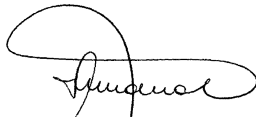
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Luciana Liberal/Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

ING BANK N.V.

C.N.P.J. 49.336.860/0001-90

Consolidado Prudencial

BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE	18.794.133	16.489.992	CIRCULANTE	18.365.836	15.249.081
DISPONIBILIDADES	9.830	23.305	DEPÓSITOS	1.713.969	1.029.521
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4.271.251	1.463.421	Depósitos à vista	731	148
Aplicações no mercado aberto	4.121.213	1.237.281	Depósitos interfinanceiros	77.979	108.392
Aplicações em depósitos interfinanceiros	150.038	150.061	Depósitos a prazo	1.635.259	920.981
Aplicações em Moeda estrangeira	-	76.079			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	607.053	1.080.545	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	6.952	15.185
Carteira própria	95.281	839.150	Recursos em trânsito de terceiros	6.952	15.185
Vinculados à compromissos de recompra	127	642	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	5.214.637	2.051.654
Vinculados à prestação de garantias	267.420	189.842	Empréstimos no exterior	5.214.637	2.051.654
Instrumentos financeiros derivativos	244.225	50.911	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	153.264	78.274
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.215	1.529	Instrumentos financeiros derivativos	153.264	78.274
Créditos vinculados:			OUTRAS OBRIGAÇÕES	11.277.014	12.074.447
Depósitos no Banco Central do Brasil	1.112	1.394	Carteira de câmbio	11.175.020	12.003.659
Correspondentes	103	135	Sociais e estatutárias	2.976	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	363.792	211.623	Fiscais e previdenciárias	13.958	28.447
Operações de crédito - setor privado	71.787	339.105	Negociação e intermediação de valores	1.519	38
Financiamentos - setor privado	295.271	-	Diversas	83.541	42.303
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)	(3.266)	(127.482)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.728.897	1.430.253
OUTROS CRÉDITOS	13.540.747	13.709.130	DEPÓSITOS	69.734	868.493
Carteira de câmbio	13.499.368	13.673.823	Depósitos a prazo	69.734	868.493
Rendas a receber	1.748	1.860	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	761.449	240.823
Negociação e intermediação de valores	-	585	Empréstimos no exterior	761.449	240.823
Diversos	82.986	65.455	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	58.004	652
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)	(43.355)	(32.593)	Instrumentos financeiros derivativos	58.004	652
OUTROS VALORES E BENS	245	439	OUTRAS OBRIGAÇÕES	839.710	320.285
Despesas antecipadas	245	439	Carteira de câmbio	757.049	228.727
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.218.694	992.938	Fiscais e previdenciárias	1.547	305
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	420.079	248.602	Diversas	81.114	91.253
Carteira própria	360.927	234.369	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	8.698	2.713
Instrumentos financeiros derivativos	59.152	14.233	Resultado de exercícios futuros	8.698	2.713
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	859.087	273.375	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	909.396	802.861
Operações de crédito - setor privado	406.537	33.151	CAPITAL:		
Financiamentos - setor privado	454.181	241.596	De domiciliados no exterior	627.602	503.364
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)	(1.631)	(1.372)	Aumento de capital	8.924	-
OUTROS CRÉDITOS	937.981	470.961	Reserva de capital	4.218	47.086
Carteira de câmbio	725.298	228.344	Reserva de lucros	268.652	3.170
Diversos	212.683	242.617	Lucros acumulados/ (Prejuízos acumulados)	-	249.241
PERMANENTE	1.547	1.978			
INVESTIMENTOS	39	40			
Outros investimentos	39	40			
IMOBILIZADO DE USO	1.457	1.911			
Outras imobilizações de uso	13.176	12.938			
(-) Depreciações acumuladas	(11.719)	(11.027)			
INTANGÍVEL	51	27			
Ativos Intangíveis	425	385			
(-) Amortização acumulada	(374)	(358)			
TOTAL DO ATIVO	21.012.827	17.484.908	TOTAL DO PASSIVO	21.012.827	17.484.908

ING BANK N.V.

C.N.P.J. 49.336.860./0001-90

Consolidado Prudencial**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e****Semestre findo em 31 de dezembro de 2018**

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	2018		2017
	Semestre	Exercício	Semestre
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	281.432	1.010.067	530.739
Operações de crédito	23.159	104.110	45.963
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	177.950	329.641	319.535
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	80.323	201.931	35.313
Resultado de operações de câmbio	-	374.385	129.928
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(208.264)	(895.699)	(498.741)
Operações de captação no mercado	(81.309)	(140.325)	(152.851)
Operações de empréstimos e repasses	(46.828)	(680.383)	(130.892)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	(154.957)
Resultado de operações de câmbio	(72.878)	(72.878)	-
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	(115.307)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.249)	113.194	(60.041)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	73.168	114.368	31.998
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(34.289)	(57.081)	(30.773)
Receitas de Prestação de Serviços	46.293	93.472	40.540
Despesas de Pessoal	(25.250)	(51.304)	(57.701)
Outras Despesas Administrativas	(24.875)	(47.977)	(33.037)
Despesas Tributárias	(12.986)	(25.629)	(17.911)
Outras Receitas Operacionais	6.340	14.627	44.715
Outras Despesas Operacionais	(23.811)	(40.270)	(7.379)
RESULTADO OPERACIONAL	38.879	57.287	1.225
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	26.454
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	38.879	57.287	27.679
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(14.597)	(22.556)	7.395
Provisão para Imposto de Renda	1.716	(120)	(8.204)
Provisão para Contribuição Social	1.363	(115)	(5.260)
Ativo Fiscal Diferido	(17.676)	(22.321)	20.859
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(1.320)	(1.320)	(2.120)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	22.962	33.411	32.954
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(14.000)	(14.000)	(55.395)

ING BANK N.V.

C.N.P.J. 49.336.860/0001-90

Consolidado Prudencial

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS				LUCROS/ (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
		AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	LEGAL	ESTATUTÁRIA		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	503.364	-	2.460	50.476	221.206	-	777.506
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.954	32.954
Aumento de capital	-	47.086	-	-	-	-	47.086
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.648	-	(1.648)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	(24.089)	24.089	-
Outras Reservas	-	-	710	-	-	-	710
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(55.395)	(55.395)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	503.364	47.086	3.170	52.124	197.117	-	802.861
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.411	33.411
Aumento de capital	124.238	(38.162)	-	-	-	-	86.076
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.671	-	(1.671)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	17.740	(17.740)	-
Outras Reservas	-	-	1.048	-	-	-	1.048
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(14.000)	(14.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	627.602	8.924	4.218	53.795	214.857	-	909.396
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	627.602	-	3.513	52.124	197.117	10.449	890.805
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	22.962	22.962
Aumento de capital	-	8.924	-	-	-	-	8.924
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.671	-	(1.671)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	17.740	(17.740)	-
Outras Reservas	-	-	705	-	-	-	705
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(14.000)	(14.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	627.602	8.924	4.218	53.795	214.857	-	909.396

ING BANK N.V.
C.N.P.J. 49.336.860/0001-90
Consolidado Prudencial
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e
Semestre findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

	2º Semestre	2018	2017
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre / exercício	31.267	(78.028)	67.203
Lucro líquido do semestre/ exercício	22.962	33.411	32.954
Depreciações e amortizações	351	707	662
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.249	(113.194)	60.041
Outras reservas	705	1.048	-
Resultado não operacional	-	-	(26.454)
Variação de ativos e passivos	748.595	2.800.584	(2.217.948)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	124.245	302.016	(275.408)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	43	314	41
(Aumento) Redução em operações de crédito	(618.218)	(613.924)	27.984
(Aumento) Redução em outros créditos	(3.203.709)	(309.400)	(8.355.560)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	92	194	48
(Redução) Aumento em depósitos	(376.005)	(114.311)	153.687
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto	-	-	(72.036)
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos	1.644.312	3.683.609	(2.424.359)
(Redução) Aumento em relações de interdependências	(20.872)	(8.233)	(2.406)
(Redução) Aumento em instrumentos financeiros derivativos	(131.425)	132.342	(356.901)
(Redução) Aumento em outras obrigações	3.324.249	(278.007)	9.013.811
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros	5.883	5.984	73.151
Caixa líquido originado em atividades operacionais	779.862	2.722.556	(2.150.745)
Atividades de investimento			
Alienação (aquisição) de outros investimentos	-	1	12.294
Aquisição (alienação) de imobilizado de uso	(27)	(238)	644
Aquisição (alienação) de intangível	(40)	(40)	-
Caixa líquido originado em atividades de investimento	(67)	(277)	12.938
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	-	124.238	-
Juros sobre capital próprio	(5.076)	(52.162)	-
Caixa (aplicado) em atividades de financiamento	(5.076)	72.076	-
Aumento (redução) nos fluxos de caixa	774.719	2.794.355	(2.137.807)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	3.506.362	1.486.726	3.624.533
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4.281.081	4.281.081	1.486.726
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	774.719	2.794.355	(2.137.807)

1. Contexto operacional

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) e a ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (doravante denominados por “Conglomerado”) são empresas investidas do ING Bank N.V. de Amsterdã.

O ING Bank N.V., (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

A ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (Corretora) tem por objetivo social, entre outras atividades, exercer funções de agente emissor de certificados, intermediar em operações de câmbio, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimento, agir como correspondente de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários. De acordo com a estratégia do ING Group, a Corretora não tem realizado as atividades relacionadas ao seu objeto social.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do CMN e Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do CMN e do BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o Conglomerado detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao imposto de renda diferido ativo e passivo, à provisão para operações de créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, à provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, à provisão para passivos contingentes e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As entidades que fazem parte do conglomerado prudencial revisam essas estimativas e premissas periodicamente.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir estão apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial das entidades:

<u>Empresas</u>	<u>Atividades</u>
ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)	Instituição líder
ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A.	Instituição participante

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, quando aplicável.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do exercício quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são aqueles para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos

rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e deduzidos de provisão por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Conglomerado não possui títulos classificados como disponível para venda.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "*hedge*" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Conglomerado possui instrumentos financeiros classificados nessa categoria.
- *Hedge* de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "*hedge*" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Conglomerado não possui instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em

contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados estão sendo reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o Conglomerado espera utilizar o ativo.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do exercício.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda apurado no exercício. A majoração da alíquota à 20% aplica-se até 31 de dezembro de 2018 e a partir de 01 de janeiro de 2019 a alíquota volta a ser de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN e são constituídos as taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo

realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas que estarão vigentes a partir de janeiro de 2019. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério “*pro rata temporis*” para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Remuneração baseada em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, o Conglomerado mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4. Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada, como segue:

Risco de mercado - a área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada a Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado, são gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários, para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado. As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia de “*Value at Risk*”, histórico, simulação de stress, e limites estabelecidos pela Administração do Conglomerado.

Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.

Risco de liquidez - a exposição decorrente do descasamento de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através de relatórios diários de fluxo de caixa e da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de *stress*, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter o perfil de risco de liquidez dentro dos limites estabelecidos pela Administração do Conglomerado.

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração do Conglomerado participa ativamente no processo de

implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis do Conglomerado. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. O Conglomerado possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado prudencial, cuja instituição líder é o ING Bank N.V. (Filial de São Paulo).

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria do Conglomerado, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo, consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido mínimo, o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Administração do Conglomerado, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

Os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede do Conglomerado, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na internet.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	9.830	23.305
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.271.251	1.463.421
Total	<u>4.281.081</u>	<u>1.486.726</u>

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta principalmente por operações compromissadas no montante de R\$ 4.121.213 (R\$ 1.237.281 em 2017) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

6. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários	2018			
	Até 3 meses	Acima de 1 ano	Valor mercado	Custo Atualizado
Carteira Própria para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	95.281	-	95.281	95.204
	95.281	-	95.281	95.204
Vinculados à Recompra				
Letras do Tesouro Nacional	127	-	127	127
	127	-	127	127
Vinculados à prestação de garantias				
Letras do Tesouro Nacional	246.192	-	246.192	246.140
Cotas de Fundos de Investimento	21.228	-	21.228	21.228
	267.420	-	267.420	267.368
Total de títulos para negociação	362.828	-	362.828	362.699
Carteira Própria de títulos mantidos até o vencimento				
Debêntures	-	360.927	360.927	360.927
		360.927	360.927	360.927
Total de títulos mantidos até o vencimento	-	360.927	360.927	360.927
TOTAL GERAL	362.828	360.927	723.755	723.626
Títulos e valores mobiliários	2017			
	Até 3 meses	Acima de 1 ano	Valor mercado	Custo Atualizado
Carteira Própria para negociação				
Letras do Tesouro Nacional	839.150	-	839.150	835.842
	839.150	-	839.150	835.842
Vinculados à Recompra				
Letras do Tesouro Nacional	642	-	642	641
	642	-	642	641
Vinculados à prestação de garantias				
Letras do Tesouro Nacional	165.591	-	165.591	165.334
Cotas de Fundos de Investimento	24.251	-	24.251	24.251
	189.842	-	189.842	189.585
Total de títulos para negociação	1.029.634	-	1.029.634	1.026.068
Carteira Própria de títulos mantidos até o vencimento				
Debêntures	-	234.369	234.369	234.369
	-	234.369	234.369	234.369
Total de títulos mantidos até o vencimento	-	234.369	234.369	234.369
TOTAL GERAL	1.029.634	234.369	1.264.003	1.260.437

O valor de mercado dos títulos classificados para negociação representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Para constituição de provisão para redução ao valor recuperável da carteira de debêntures a Administração atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em dezembro de 2018, de acordo com este critério não houve provisão.

A carteira de debêntures encontra-se registrada na CETIP, atualmente B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), e custodiada em instituição financeira privada. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

7. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias do Conglomerado a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de “*hedge*” de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração do Conglomerado, como segue:

Hedge - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;

Negociação - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de “*hedge*” de clientes.

Os contratos futuros negociados no âmbito da B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, B3 ou agente de mercado, quando necessário.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	2018				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo Atualizado
Ativo - Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	-	13.375	5.620	18.995	15.566
Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	108.365	119.997	56.020	284.382	303.676
Totais por faixa de vencimento em 2018	108.365	133.372	61.640	303.377	322.242
Totais por faixa de vencimento em 2017	20.653	30.258	14.233	65.144	70.635

Instrumentos financeiros derivativos	2018				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo Atualizado
Passivo - Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	(24.348)	(8.190)	(33.307)	(65.843)	(65.471)
Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	(33.026)	(86.322)	(24.697)	(144.047)	(149.600)
Outros	(1.378)	-	-	(1.378)	(1.378)
Totais por faixa de vencimento em 2018	(58.752)	(94.512)	(58.004)	(211.268)	(216.449)
Totais por faixa de vencimento em 2017	(23.515)	(54.759)	(652)	(78.926)	(84.914)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registrados na B3, cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

CONTRATOS	2018				
	Futuros	Termo	Swap	Hedge	Total
Negociação					
- Moeda estrangeira	2.114.613	15.970.293	1.138.389	-	19.223.295
- Taxa de juros	9.315.180	95.354	174.755	-	9.585.289
Hedge - risco de mercado					
- Taxa de juros	-	-	-	921.142	921.142
Total 2018	11.429.793	16.065.647	1.313.144	921.142	29.729.726
Total 2017	8.308.136	4.270.206	1.746.160	343.284	14.667.786

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à B3, foram requeridas margens no valor de R\$ 267.420 (R\$ 189.842 em 2017), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos.

Hedge risco de mercado

Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, o Conglomerado negociou futuros com vencimento até julho de 2020. Os itens objeto de hedge são representados por operações de crédito (cédula de crédito bancário) e certificados de depósitos bancários, e possuem vencimento em até julho de 2020, proporcionando a efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos das operações-objeto.

	Valor referencial	Valor de mercado
Instrumento de hedge		
<i>Futuros - DI</i>	888.541	921.143
Objeto de hedge		
<i>Operações de crédito</i>	61.110	63.128
<i>CDB</i>	810.000	857.307

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no exercício estão demonstrados a seguir:

Contratos	2018	2017
Futuros	(4.798)	142.658
Swaps	(177.805)	(13.291)
Termo	384.903	(249.070)
Outros	(369)	58
Total	201.931	(119.645)

8. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

Operações de crédito

Setor Privado	2018	2017
Indústria	801.516	547.436
Comércio	341.867	-
Outros serviços	84.331	66.402
Pessoas físicas	62	14
Total (*)	1.227.776	613.852

(*) Inclui ajuste de valor de mercado de operações classificadas como hedge accounting no valor de R\$ 622 (R\$ 823 em 2017).

Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 9)

Setor Privado	2018	2017
Indústria	1.627.217	1.106.507
Comércio	525.882	351.492
Outros serviços	167.866	128.575
Total	2.320.965	1.586.574

b) Nível de risco

Nível de Risco	%	Valor da provisão		Valor da Carteira	
		2018	2017	2018	2017
AA	0%	-	-	1.153.768	324.504
A	0,5%	745	3.127	148.970	626.116
B	1%	20.573	8.921	2.057.943	892.123
C	3%	3.276	970	109.199	32.331
E	30%	23.658	21.370	78.861	71.233
F	50%	-	127.059	-	254.119
Total		48.252	161.447	3.548.741	2.200.426

c) Vencimento

Vencimento	2018	2017
A vencer até 90 dias	847.425	364.823
A vencer de 91 a 360	1.840.599	1.306.736
A vencer acima de 360	860.717	274.748
Vencidas até 180	-	254.119
Total	3.548.741	2.200.426

d) Movimentação da provisão

Provisão	2018	2017
Saldo Inicial	161.447	101.406
Constituição	64.808	1.035.030
Reversão	(178.003)	(974.989)
Saldo final	48.252	161.447

Em 31 de dezembro de 2018 há operações renegociadas no montante de R\$ 273.801 (R\$ 325.352 em 2017).

Em 26 de fevereiro de 2018, foi celebrado contrato de cessão de operações de cédulas de crédito bancário em atraso no montante de R\$ 254.119. A cessão em sua totalidade foi realizada com parte não relacionada ao Conglomerado pelo montante de R\$ 138.812, cuja liquidação financeira ocorreu na data de 2 de março de 2018, gerando um resultado negativo de R\$ 115.307, apresentado nas Demonstrações do Resultado em “Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros”.

9. Carteira de câmbio

Carteira de câmbio	2018		2017	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
ATIVO				
Câmbio comprado a liquidar	8.370.158	571.622	7.710.599	120.111
Direitos sobre venda de câmbio	5.069.632	153.676	5.919.157	108.233
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	59.578	-	44.067	-
TOTAL	13.499.368	725.298	13.673.823	228.344
PASSIVO				
Câmbio vendido a liquidar	5.121.477	184.098	6.084.502	120.494
Obrigações por compra de câmbio	8.314.930	572.951	7.461.664	108.233
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	(2.261.387)	-	(1.542.507)	-
TOTAL	11.175.020	757.049	12.003.659	228.727

10. Outros créditos - diversos

Créditos diversos	2018		2017	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos tributários - impostos e contribuições (Nota 18)	57.207	15.226	35.363	55.490
Impostos a compensar	17.352	6.698	28.199	6.307
Depósitos judiciais (Nota 15.d)	19	190.759	-	180.820
Adiantamentos a funcionários e terceiros	7.490	-	400	-
Devedores diversos país	918	-	1.493	-
TOTAL	82.986	212.683	65.455	242.617

11. Depósitos e captações no mercado aberto

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Depósitos e captações	2018				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Depósito a vista	731	-	-	-	731
Depósito interfinanceiros	-	77.979	-	-	77.979
Depósito a prazo	-	126.598	1.508.661	69.734	1.704.993
Total por faixas de vencimento em 2018	731	204.577	1.510.161	69.734	1.783.703
Total por faixas de vencimento em 2017	148	658.951	370.422	868.493	1.898.014

12. Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 947.676 (US\$ 567.920 em 2017) que representa R\$ 3.671.488 (R\$ 1.878.339 em 2017), a taxa de juros de até 8,4% ao ano e vencimentos até setembro de 2020, repasses do exterior, no montante de US\$ 177.745 que representa R\$ 688.619 (não houve em 2017), a taxa de juros de até 4% ao ano e vencimentos até agosto de 2020 e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 388.034 (US\$ 125.216 em 2017) que representa R\$ 1.615.979 (R\$ 414.138 em 2017) com vencimentos até janeiro de 2019.

13. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias	2018		2017	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	6.693	-	12.438	-
Imposto de renda e contribuição social	235	-	11.639	-
Impostos e contribuições diferidos	7.030	1.547	4.370	305
TOTAL	13.958	1.547	28.447	305

14. Outras obrigações - diversas

Obrigações diversas	2018		2017	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Provisão para despesas de pessoal	14.546	1.268	13.503	1.342
Provisão para contingências (Nota 15b e c)	-	78.914	-	86.843
Provisão para perdas com avais e fianças	55.725	512	20.101	1.498
Diversos	13.270	420	8.699	1.570
TOTAL	83.541	81.114	42.303	91.253

15. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

- a) Ativos contingentes: em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.
- b) Passivos contingentes: o Conglomerado possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	31/12/2017	Adições	Baixas/Reversões	31/12/2018
Trabalhistas	15.291	1.678	(14.344)	2.625
Total	15.291	1.678	(14.344)	2.625
	31/12/2016	Adições	Baixas/Reversões	31/12/2017
Trabalhistas	10.964	5.331	(1.004)	15.291
Total	10.964	5.331	(1.004)	15.291

b.1) *Passivos contingentes classificados como perda possível:* o Conglomerado possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de hedge, no valor atualizado de R\$ 21.139 (R\$ 20.736 em 2017). Foi julgado improcedente no CARF. o Conglomerado recorreu à esfera judicial, pendente de julgamento.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 11.766 (R\$ 11.129 em 2017). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.
- Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de R\$ 6.243 (R\$ 6.055 em 2017). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de Infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (ano-calendário 2005 e 2006), no valor de R\$ 5.999 (R\$ 5.853 em 2017). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de swap (fins de hedge), no valor de R\$ 2.653 (R\$ 2.587 em 2017). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 46.518 (R\$ 43.805 em 2017). Recurso voluntário julgado improcedente no CARF. A Corretora recorreu à esfera judicial, ainda pendente de julgamento.
- Execução Fiscal que tem como objeto a exigência de IRRF nas operações de Hedge do ano fiscal de 1999, no valor atualizado de R\$ 5.848 (R\$ 5.646 em 2017). O IR retido na Fonte não foi retido em virtude de liminares obtidas pelos clientes. A autoridade fiscal discorda do procedimento adotado. Atualmente continua a discussão no âmbito judicial com a oposição de embargos de declaração diante da decisão contrária que não considerou os argumentos apresentados pela Corretora.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, o Conglomerado possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 19.236 (R\$ 17.390 em 2017).

c) Obrigações legais: representadas, basicamente, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica “Provisão para Contingências” (Nota 14). As principais obrigações referem-se à processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 17.328 (R\$ 16.786 em 2017), exigência de IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A que substituíram os títulos

patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 17.405 (R\$ 16.883 em 2017) e PIS e COFINS contingencial no montante de R\$ 28.921 (R\$ 27.811 em 2017). Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.

d) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 46.518 (R\$ 43.805 em 2017), diferença de alíquotas de CSLL no montante de R\$ 25.285 (R\$ 24.316 em 2017), depósitos vinculados a Anistia R\$ 21.549 (R\$ 21.007 em 2017), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R\$ 29.965 (R\$ 28.755 em 2017), depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 5.790 (R\$ 5.578 em 2017), depósito sobre omissão de receitas de IRPJ e CSLL 2003 e 2004, no montante de R\$ 5.579 (R\$ 5.278 em 2017), IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 17.405 (R\$ 16.883 em 2017), créditos de IRRF 1999 no montante de R\$ 5.848 (R\$ 5.646 em 2017), compensação indevida de prejuízo fiscal no montante de R\$ 4.275 (R\$ 4.109 em 2017), dedutibilidade da despesa de PLR de estatutários para IRPJ e CSLL 2006 e 2007 no montante de R\$ 11.766 (R\$ 11.129 em 2017) e PIS (08 a 12/2004) - glosa de perdas em operações com derivativos consideradas pela RFB "sem finalidade de hedge", no montante de R\$ 3.058 (R\$ 2.886 em 2017). O saldo remanescente de R\$ 13.721 (R\$ 11.427 em 2017) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

16. Operações vinculadas

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2018			2017		
	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Ativo	Passivo	Receita (despesa)
Operações de crédito	2.705.313	-	91.498	1.588.634	-	108.681
Empréstimos do exterior	-	2.701.404	(84.466)	-	1.586.479	(102.034)

O Resultado líquido das operações vinculadas é de R\$ 7.032 (R\$ 6.647 em 2017).

Não há operações ativas vinculadas em situação de inadimplência ou questionamento judicial, nem sobre os recursos entregues ou colocados à disposição nessas operações.

17. Patrimônio líquido

O capital social do Conglomerado corresponde a R\$ 636.526, referente a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos cotistas em atos societários pertinentes.

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 21 de dezembro de 2017, foi aprovado aumento do capital da ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. no valor de R\$ 16.470, homologado pelo Banco Central em 16 de abril de 2018.

Adicionalmente, conforme Deliberação de 11 de janeiro de 2018, houve aprovação de aumento de capital no ING Bank N.V. no valor de R\$ 107.768 homologado pelo Banco Central em 29 de março de 2018.

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 21 de dezembro de 2018, foi aprovado aumento do capital da ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. no valor de R\$ 8.924, mediante subscrição de 2.640.268 novas ações nominativas, sem valor nominal e não conversível em outras formas, homologado pelo Banco Central do Brasil em 13 de fevereiro de 2019.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e alterações posteriores, a Administração da ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. deliberou pela distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 14.000 (R\$ 55.395 em 2017).

18. Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, o Conglomerado mantém créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$ 72.433 (R\$ 90.853 em 2017).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas a seguir:

<u>Créditos tributários diferidos</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2018</u>
Outras provisões temporárias	90.853	73.775	(114.498)	50.130
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	-	336.951	(254.327)	15.908
IR/CS diferido	-	10.094	(3.699)	6.395
Total	90.853	120.820	(372.524)	72.433

<u>Créditos tributários diferidos</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2017</u>
Outras provisões temporárias	67.044	63.242	(39.433)	90.853
Total	67.044	63.242	(39.433)	90.853

O saldo de provisões temporárias passivas é de R\$ 7.030 (R\$ 4.369 em 2017).

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 31 de dezembro de 2018 está demonstrado a seguir:

<u>Realização do crédito tributário</u>	<u>2018</u>
Ano-calendário 2019	57.207
Ano-calendário 2020	7.533
Ano-calendário 2021	5.303
Ano-calendário 2022	-
Ano-calendário 2023	2.390
Imposto de renda e contribuição social diferido	72.433

Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 65.887 (R\$ 79.403 em 2017), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos exercícios.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2018		2017	
Apuração de imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Imposto de renda e contribuição social corrente		57.287	27.681	27.681
Resultado antes dos impostos e participações	57.287	(14.000)		(55.395)
(-) JCP	(14.000)	(1.320)	(55.395)	(2.120)
(-) Participações nos resultados	(1.320)	41.967	(2.120)	(29.834)
Resultado antes dos impostos ajustado	41.967	(81.655)	(29.834)	55.796
Adições ou exclusões temporárias	(81.655)	(10.090)		(6.561)
Ajuste contábil referente futuros	(10.090)	18.710	(6.561)	1.163
Ajuste MTM Swap e títulos públicos	18.710	(79.734)	1.163	61.190
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(79.734)	(17.840)	61.190	(4.959)
Provisão para contingências e variação monetária dos depósitos judiciais	(17.840)	337	(4.959)	1.646
Provisão para gratificações	337	337	1.646	1.646
Outras adições e exclusões diversas	6.962	6.962	3.317	3.317
Adições ou exclusões permanentes	493	493	338	338
Base tributável	(39.195)	(39.195)	26.300	26.300
IR (alíquota 15%) e CS (Alíquota 20%)	(86)	(115)	(3.945)	(5.260)
Adicional de IR (alíquota 10%)	(34)	-	-	-
Redução de imposto por incentivos	-	-	(2.582)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(120)	(115)	149	(5.260)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(6.378)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(120)	(115)	(8.204)	(5.260)
Imposto de renda e contribuição social diferido		18.710		1.163
Resultado da marcação a mercado	18.710	18.710	1.163	1.163
Provisões não dedutíveis temporariamente	(95.089)	(95.089)	66.469	(67.332)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	39.771	39.771	-	-
Provisões não dedutíveis CSLL a 15%	-	-	-	133.801
Outras diferenças temporárias	(10.588)	(10.588)	(6.561)	(6.561)
Base tributável diferida	(47.196)	(47.196)	61.072	61.072
Imposto de renda e contribuição social diferido	(11.800)	(7.004)	15.268	5.591
* Ajuste de crédito tributários-aumento da CSLL 15% para 20%	-	(3.519)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(11.800)	(10.523)	15.268	5.591

*Ajuste de crédito tributário da alíquota da CSLL, sobre as diferenças temporárias decorrentes das provisões em virtude da alteração da alíquota que ocorrerá a partir de 01 de janeiro de 2019 de acordo com a Lei nº 13.169/2015.

19. Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

Ativo/(passivo)	Grau de relação	2018	2017
Rendas a receber	Outras partes relacionadas	7.701	18.339
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas	(731)	(148)
Empréstimos no exterior	Controladora	(5.594.589)	(1.876.533)
Outros créditos - câmbio	Controladora	10.513.592	12.260.747
Outras obrigações - câmbio	Controladora	(10.528.882)	(12.232.386)
Receitas/(despesas)			
Resultado de câmbio	Controladora	(244.761)	10.255.255
Receita de Prestação de Serviços	Controladora	47.710	22.235
Resultado de empréstimos no exterior	Controladora	(613.718)	127.040
Despesa com juros sobre o capital próprio	Controladora	-	(36.019)

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN.

A remuneração total do pessoal chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 5.988 (R\$ 5.350 em 2017) de remuneração fixa, e de R\$ 2.734 (R\$ 2.878 em 2017) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.

a) Remuneração baseada em ações

O Conglomerado participa de um programa global de remuneração de longo prazo “Long-Term Sustainable Performance Plan”, patrocinado pelo ING Groep N.V de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (vesting period), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No *vesting date* os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

O Conglomerado registrou despesas no valor de R\$ 1.048 (R\$ 710 em 2017), tendo como contrapartida a conta de “Reserva de capital”.

20. Despesas Administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços prestados por parte relacionada	(13.669)	(7.515)
Serviços técnicos especializados	(8.658)	(3.906)
Processamento de dados	(7.392)	(6.696)
Aluguel	(3.250)	(2.534)
Serviços do Sistema financeiro	(3.248)	(2.166)
Comunicação publicações promoções e relações públicas	(1.458)	(1.216)
Manutenção e conservação de bens	(918)	(1.428)
Depreciação e amortização	(707)	(663)
Despesas de transporte e viagem	(663)	(1.324)
Seguros. água. energia e gás	(581)	(574)
Serviços de terceiros	(542)	(923)
Outras despesas administrativas	(6.891)	(4.092)
TOTAL	(47.977)	(33.037)

21. Informações adicionais

- a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 1.180.057 (R\$ 1.081.743 em 2017). A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. As provisões são efetuadas aplicando o mesmo critério de provisionamento utilizado para as operações de crédito, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 (CMN).
- b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Conglomerado, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2018, o valor do índice de Basiléia era de 18% (21% em 2017).
- c) O Conglomerado patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pelo Conglomerado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 1.094 (R\$ 929 em 2017).
- d) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente à atualização de depósitos judiciais R\$ 8.159 (R\$ 10.441 em 2017), variações monetárias ativas de créditos a compensar R\$ 960 (R\$ 3.613 em 2017), comissão sobre compromisso de crédito R\$ 1.600 (R\$ 982 em 2017) e outras rendas no valor de R\$ 1.850 (R\$ 4.607).
- e) Outras despesas operacionais correspondem basicamente às atualizações de riscos fiscais R\$ 2.917 (R\$ 5.151 em 2017), provisão para despesas com risco de crédito sobre os derivativos no montante R\$ 1.652 (R\$ 1.811 em 2017) e provisão para garantias prestadas R\$ 34.638 (R\$ 22.280 em 2017).
- f) Resultado não operacional em 2017 no montante de R\$ 26.454 refere-se basicamente ao resgate das ações da CETIP em virtude da unificação da BM&F Bovespa e CETIP, que deram origem a B3, e posterior venda das ações remanescentes da B3 após a unificação.